



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

PROAD TRT Nº 10974/2025

TIPO:	MENOR PREÇO (maior oferta para a taxa mensal da cessão)
OBJETO:	Concessão administrativa de uso de espaço físico, a título oneroso e em caráter precário, destinado à prestação de serviço de cafeteria/lanchonete nas dependências do edifício-sede deste Tribunal Regional do Trabalho, localizado na Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260, com área total de 8,43 m², e, do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045, com área de 9,27 m².

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:	09/06/2026 às 09:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS:	09/06/2026 às 09:00 horas
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	09/06/2026 às 09:00 horas
REFERÊNCIA DE TEMPO:	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região, através do Pregoeiro designado pela Portaria TRT13 DG nº 013/2024, de 17 de janeiro de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO de nº 90006/2026 (PROAD TRT nº 10974/2025), ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, regido pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, bem como a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 8.538/2015, Resolução Nº 356/CSJT e ainda pelas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

O recebimento e a abertura das propostas, e o início da sessão de disputa de preços se dará da seguinte forma:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:	09/06/2026 às 09:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS:	09/06/2026 às 09:00 horas
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	09/06/2026 às 09:00 horas

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico.

1 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a concessão administrativa de uso de espaço físico, a título oneroso e em caráter precário, destinado à prestação de serviço de cafeteria/lanchonete nas dependências do edifício-sede deste Tribunal Regional do Trabalho, localizado na Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260, com área total de 8,43 m², e, do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045, com área de 9,27 m², conforme especificações técnicas, quantidades e demais condições constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

2 – DOS ANEXOS

2.1. - Integram este Edital:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO

- a) **Anexo I** – Termo de Referência;
- b) **Anexo II** - “Modelo de termo de vistoria / declaração de conhecimento das condições locais do objeto da licitação”;
- c) **Anexo III** - “Modelo da declaração em conformidade com a Resolução CNJ nº 229/2016 de 22/06/2016”;
- d) **Anexo IV** – “Modelo de declaração em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Instituído pela Resolução CSJT nº 310/2021)”;
- e) **Anexo V** - “Modelo de declaração em conformidade com o disposto no art. 93 da lei nº 8.213/1991 c/c recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022”;
- f) **Anexo VI** - “Modelo de proposta comercial”;
- g) **Anexo VII** – “Minuta do Termo de Cessão de Uso”.

3 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases;

3.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, mediante a inserção e monitoramento dos dados gerados ou transferidos para o sistema **Comprasnet (Compras.gov.br)**, constante da página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

3.3. Qualquer pessoa poderá impugnar o edital da licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por e-mail (nl@trt13.jus.br), até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública;

3.4. O licitante deverá observar, rigorosamente, os prazos limites (data e horário) para o recebimento de propostas, bem como de abertura e início da sessão de disputa de preços, informados neste Edital.

4 - DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da presente licitação exclusivamente as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina o art. 6º do Decreto 8.538, de 06/10/15.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

4.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, no ato de envio de suas propostas devem declarar, em campo próprio do sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123, de 14/12/06, c/c o § 2º do art. 13 do Decreto 8.538, de 06/10/15, para fazerem jus ao tratamento favorecido, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º, §1º, e art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não poderão participar desta licitação:

4.3.1. aqueles que estiverem em processo de falência, ou ainda empresas estrangeiras que não funcionem no país;

4.3.2. aqueles que estiverem em regime de subcontratação;

4.3.3. aqueles que por qualquer motivo tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.3.4. aqueles que foram penalizados com a suspensão do direito de licitar com a Administração;

4.3.5. aqueles que foram penalizados com o impedimento de licitar e contratar com a União;

4.3.6. aqueles que estejam proibidos de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

4.3.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.3.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.3.9. aqueles que estiverem reunidos sob a forma de cooperativa;

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.11. que tenham em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da Resolução CNJ n° 229/2016 de 22/06/2016.

4.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como identificar o tipo de segmento da empresa no momento do cadastramento da proposta.

4.5. O pregoeiro realizará a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o CNEP, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração da contratação pretendida.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento deverá ser feito junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia, observando-se os prazos estabelecidos por aquela para a obtenção da chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) para acesso ao sistema Comprasnet (Compras.gov.br) (www.gov.br/compras/pt-br);

5.2. Para acesso ao sistema, as pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), sendo os instrumentos necessários para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico;

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT-13^a Região ou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.4. O credenciamento da licitante/prestadora de serviço e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6 - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPANTES

6.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e lances;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

6.2. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 - DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Até a data e hora previstas no sistema e informado no Edital para a abertura da sessão pública, os licitantes deverão encaminhar, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, exclusivamente por meio do sistema, sua proposta comercial.

7.2. No dia e hora previstos no sistema e informado no Edital, terá início a sessão pública deste Pregão Eletrônico;

7.2.1. O modo de disputa utilizado será o “**MODO DE DISPUTA ABERTO**”, nos termos do art. 22, I, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.3. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será, imediatamente, informado de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor;

7.3.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, **observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de R\$ 5,00 (cinco reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme disposto no art. 22, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.4. A etapa de lances terá o tempo inicial de **10 (dez) minutos**, e após o encerramento do tempo inicialmente estabelecido, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

7.4.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata este item, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

7.4.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste item, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

divulgará os lances conforme disposto no §2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;

7.4.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

7.4.4. Após o reinício previsto no item 7.4.3., os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

7.4.5. Encerrada a etapa de que trata o item 7.4.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.5. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro;

7.6. Observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, serão aceitos lances intermediários, que são lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

7.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;

7.8. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.8.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.8.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.8.3. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.9 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.9.1. empresas brasileiras;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

7.9.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.9.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital;

7.11.1. Deverão ser enviadas no sistema eletrônico, **no prazo de 3 (três) horas** contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, a Proposta Comercial adequada ao último lance e, se necessário, documentos complementares.

7.12. Todos os atos, valores e documentos encaminhados estarão devidamente registrados no sistema eletrônico;

7.13. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.13.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.13.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME no 73/2022, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 28 da Instrução Normativa SEGES/ME no 73/2022;

7.13.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

7.13.4. Observado o prazo de que trata o item 7.11.1, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

7.14. É facultado ao Pregoeiro, no julgamento das propostas e na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e/ou dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá eficácia para fins de classificação e/ou de habilitação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

7.14.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata este item, **a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

7.15. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital;

7.16. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta de preços deverá ser ofertada no sistema eletrônico para cada item, em seu **Valor Unitário**, sendo obrigatório o preenchimento dos campos disponibilizados.

8.2. A Proposta a que se refere o subitem **8.1.**, deverá ser:

8.2.1. Em papel timbrado ou personalizado da empresa;

8.2.2. Datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos;

8.2.3. Estar datada e assinada por pessoa **juridicamente habilitada** para tal mister;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO**

8.2.4. Conter as seguintes informações:

- a) Razão Social;
- b) Número do CNPJ/MF;
- c) Endereço e Telefone;
- d) Nome do Banco, Número da Agência e Número da Conta-Corrente;
- e) **Preço mensal** de cada item, em moeda corrente nacional.

e.1) Na formulação da proposta, deverá ser observado o seguinte:

e.1.1) Para adequar ao sistema do Compras.gov.br, a licitante deverá cadastrar no sistema, para fins de lance e julgamento, o valor mensal ofertado relativo a taxa mensal da cessão, expresso por meio de um **Fator de Correção (FC)** para chegar ao valor unitário mensal ofertado, a ser calculado da seguinte forma:

$FC = R\$ 50.000,00 - VMO$ (valor mensal ofertado para a taxa da cessão)

e.1.2) O chamado “**Fator de Correção**” foi adotado para adaptação ao sistema informatizado de licitações da modalidade licitatória pregão eletrônico, a fim de viabilizar a adoção do critério **MENOR PREÇO (MAIOR OFERTA)**, já que o aludido sistema não permite a oferta de lances superiores aos últimos registrados (somente inferiores).

e.1.2.1) O **Fator de Correção** deverá ser apresentado com no máximo duas casas decimais e **o vencedor será o licitante que apresentar o menor FC**, considerando o valor indicado no Termo Referência como o mínimo a ser ofertado.

Valor mensal ofertado VMO (a ser pago ao TRT 13 pela contratada) R\$	Cálculo	FC (valor a ser lançado no sistema para disputa) R\$
R\$ 1.000,00 (valor mínimo para a contratação)	R\$ 50.000,00 - R\$ 1.000,00	R\$ 49.000,00
R\$ 1.300,00	R\$ 50.000,00 - R\$ 1.300,00	R\$ 48.700,00
R\$ 1.800,00	R\$ 50.000,00 - R\$ 1.800,00	R\$ 48.200,00



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

Obs.: **Neste exemplo**, seria vencedora a proposta com R\$ 48.200,00, o que corresponderia a um valor mensal ofertado para a taxa de onerosidade de R\$ 1.800,00.

e.1.3) **Não serão aceitas propostas** com valores abaixo dos valores mínimos estimados para as contratações.

e.1.3.1) Para a cafeteria do edifício-sede do TRT13 localizado na Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260, com área total de 8,43 m², o valor mínimo estimado para a taxa da cessão é de R\$ 1.134,61.

e.1.3.2) Para a cafeteria do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045, com área total de 9,27 m², o valor mínimo estimado para a taxa da cessão é de R\$ 399,56.

f) As propostas deverão conter a seguinte informação, **cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação do prazo** indicado abaixo:

f.1) Prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresentação.

g) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser assinalada em campo próprio no sistema;

h) Declaração de conformidade da proposta com as exigências do edital de licitação e que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação, conforme disposto no Art. 18, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, devendo ser assinalada em campo próprio no sistema.

8.3. A licitante que não encaminhar a proposta comercial, bem como a documentação de habilitação (disposta no **item 11**), nas condições estabelecidas neste Edital, **será considerada desclassificada e estará sujeita às penalidades da lei.**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

8.3.1. Para este caso, considerar-se-á o item **7.13**.

8.4. É facultado ao **Pregoeiro**:

8.4.1. solicitar catálogos/*folders* dos serviços/produtos ofertados pela empresa detentora do menor preço;

a) quando solicitados, os catálogos/*folders* deverão apresentar os detalhamentos técnicos dos serviços/produtos objeto deste Certame Licitatório, bem como conter todos os componentes da especificação técnica exigida;

b) Os catálogos/*folders* porventura apresentados deverão ser retirados pelos interessados até 30 (trinta) dias após a conclusão do presente processo licitatório. Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TRT o direito de utilizá-los, doá-los ou simplesmente descartá-los.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 - Esta licitação é do tipo menor preço, em estrita observância ao disposto no art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021;

9.2 – Será verificada a conformidade das propostas, sendo desclassificadas aquelas que não atendam as exigências e condições deste edital;

9.3. – Não serão aceitas, e conseqüentemente consideradas desclassificadas:

9.3.1. - Propostas que contiverem vícios insanáveis;

9.3.2. - Propostas que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

9.3.3. - Propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.3.4. - Propostas que não tiverem a exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

9.3.5. - Propostas que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável;

9.3.6. - Propostas de empresas que constarem no Cadastro do CNJ (CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

Administrativa e Inelegibilidade), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ou no cadastro do TCU (Inidôneos - Licitantes Inidôneos).

10- DA ACEITAÇÃO TÁCITA

10.1 – A apresentação da Proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

10.2 – Observado o disposto no art. 18, §4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, uma vez apresentada a Proposta, não serão admitidos desistência da mesma.

10.3 – Será considerada mais vantajosa para a Administração e, consequentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **menor preço (maior oferta) do item**;

10.3.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta mais vantajosa para este Tribunal ou lance de menor preço.

11 - DA HABILITAÇÃO

11.1 – Será exigida a seguinte documentação para a habilitação da empresa licitante, sob pena de inabilitação:

11.1.1. Habilitação jurídica:

11.1.1.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.1.1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.1.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

11.1.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

11.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

11.1.2.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.1.2.4. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.1.2.5. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.1.2.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.1.2.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.1.3. Qualificação Econômico-Financeira (a exigência somente se aplica ao Item 01 – Cessão de espaço de uso - Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região):

11.1.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor emitida, no máximo, 12 (doze) meses antes da data determinada para entrega da documentação;

11.1.3.2. balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

11.3.2.1. Os documentos supracitados deverão ser assinados por profissional habilitado da área contábil e autenticados/registrados na forma da legislação.

11.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.3.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.1.3.3.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão possuir patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado do item 01.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.1.4. Qualificação Técnica:

a) A Licitante, pessoa jurídica, deverá apresentar, no mínimo, 1 (uma) declaração (ou atestado) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executa ou executou a prestação do serviço de preparo e fornecimento de lanche, pelo ou menos, **50 (cinquenta) lanches por dia pelo período de 6 (seis) meses, ininterruptos ou não.**

a.1) Será aceita o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovação do quantitativo mínimo.

a.2) Os períodos concomitantes serão computados uma única vez para efeito de contagem dos prazos;

a.3) Para comprovação do tempo de experiência poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

11.1.5. Da Vistoria ou Declaração de Conhecimento das Condições do Objeto desta Licitação:

11.1.5.1. O representante legal da empresa deverá vistoriar previamente todas as instalações físicas e locais objeto desta Licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do **Termo de Vistoria**;

11.1.5.2. O Termo de Vistoria será fornecido em papel timbrado do próprio TRT, pelo servidor designado em cada local;

11.1.5.3. A vistoria será realizada até o último dia útil anterior à data da realização da licitação, no horário das 08:00 às 14:00, de segunda à sexta-feira, em dias úteis, e deverá ser agendada/marcada com a Coordenação de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza - CAEMA, por meio do telefone nº (83) 3533-6141, para o Edifício-Sede do TRT 13 (item 1) ou com a Divisão de Administração do Fórum Maximiano Figueiredo, por meio do telefone nº (83) 3533-6317, para o Fórum Maximiano Figueiredo (item 2).

Locais da Vistoria/Endereço
<u>Item 01 - Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região</u> Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

Item 02 - Fórum Maximiano Figueiredo

Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045.

11.1.5.4. O Termo de Vistoria poderá ser substituído por Declaração de Conhecimento da Condição do objeto desta Licitação, firmada pelo representante legal da empresa, em papel timbrado da empresa licitante, em que o mesmo declara que para os fins que se façam necessários, está ciente da condição do objeto desta Licitação, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

11.1.5.5. Após a emissão do Termo de Vistoria (item **11.1.5.1.**) ou uma vez apresentada a Declaração de Conhecimento do objeto desta Licitação (item **11.1.5.4.**), não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada.

11.1.5.6. Não serão realizadas visitas técnicas no dia de recebimento das propostas.

11.1.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, nos termos do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

11.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema eletrônico, **no prazo de 3 (três) horas** contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.4. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 8.538, de 06/10/15, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.4.1. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

11.4.2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.4.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.5 – A documentação exigida no item **11.1**, bem como a que será apresentada conforme estabelecido no subitem **14** deverá obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

11.5.1.- Estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz;

b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à(ao):

b.1) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais;

b.2) Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

b.3) Documentos que, pela própria natureza, são emitidos em nome da matriz.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.5.2. - Estar no período de validade estabelecido pelo órgão expedidor, na data da execução do Certame Licitatório;

11.6 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou documentação devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação.

12 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

12.1 – Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o edital da licitação por irregularidade ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido exclusivamente por e-mail (nl@trt13.jus.br);

12.1.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos artefatos da contratação.

12.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12.3 - O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

12.4 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **30 (trinta) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.6 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.7 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

12.8 - O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contrarrazões, deverá ser efetuado somente em campo próprio do sistema.

12.9 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.10 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.11 - O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à Secretaria de Conformidade da Despesa - SCD para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

13.2 - A homologação será feita pela Secretaria de Conformidade da Despesa - SCD deste Tribunal, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

14 – DA ASSINATURA DO TERMO DE CESSÃO DE USO

14.1 - Homologado o julgamento, o licitante vencedor será convocado formalmente:

14.1.1. para, caso necessário, atualizar as certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito Estadual e/ou Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

c) Certificado de regularidade do FGTS (CRF);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, emitida pelo Tribunal superior do Trabalho.

14.1.2 para apresentar declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, de que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da Resolução CNJ nº 229/2016 de 22/06/2016, podendo ser utilizado o **modelo constante em ANEXO**.

14.1.3 para a Comprovação, nos termos estabelecidos pelo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021), de:

14.1.3.a.- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016;

14.1.3.b.- Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988, dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

14.1.3.c. - A comprovação prevista neste item poderá ser suprida por uma Declaração firmada pelo representante legal da empresa de que a mesma não possui a inscrição referente ao subitem 14.1.3.a. e que não foi condenada (nem seus dirigentes) por infringir a legislação apontada no subitem 14.1.3.b, podendo ser utilizado o **modelo constante em ANEXO**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

14.1.4. para apresentar declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que a empresa promove o fiel cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania, podendo ser utilizado o **modelo constante em ANEXO**.

14.1.5. para a assinatura do Termo de Cessão de Uso.

14.3. - O licitante declarado vencedor terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério deste Tribunal, para atender à convocação de que trata o item **14.1**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.4 – Se o licitante vencedor não comprovar o estabelecido **no item 14.1.1**, ou não apresentar a declaração exigida **no item 14.1.2** ou não comprovar o estabelecido **no item 14.1.3**, ou não apresentar a declaração exigida **no item 14.1.4**, ou recusar-se a assinar o Termo de Cessão de Uso, injustificadamente, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida, sendo convocado outro licitante, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

15.1. O objeto será executado na forma e prazos previstos no Termo de Referência e Minuta do Termo de Cessão de Uso.

15.2. A convocação do Proponente pelo CONTRATANTE será formalizada e conterà o prazo de 05 (cinco) dias úteis (prorrogável uma única vez, a critério do TRT CONTRATANTE).

15.3. O Proponente convocado que se recusar a entregar o objeto licitado, ou não cumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Cessão de Uso, injustificadamente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, estando sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.

15.4. Será de Responsabilidade do Proponente arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, sem qualquer ônus para o TRT13.

15.5. O objeto deste Certame Licitatório deverá ser executado em consonância com



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

as especificações descritas na proposta declarada vencedora, no **Termo de Referência - Anexo I do Edital**, e ainda de acordo com o estabelecido no Termo de Cessão de Uso.

16 – DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento da taxa mensal da cessão ocorrerá em conformidade com o estabelecido na Minuta do Termo de Cessão de Uso (**Anexo VII do Edital**).

16.2. - O valor total estimado por este TRT para o objeto deste Edital é de **R\$ 46.025,10 (quarenta e seis mil, vinte e cinco reais e dez centavos)**.

17 – DO REAJUSTAMENTO E DO ADITAMENTO/SUPRESSÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. O reajustamento ocorrerá em conformidade com o estabelecido na Minuta do Termo de Cessão de Uso (**Anexo VII deste Edital**).

17.2. Os quantitativos contratados do objeto deste certame poderão ser aditados/suprimidos, a critério do CONTRATANTE, na forma prevista na legislação vigente.

17.3. O(s) Termo(s) de Cessão de Uso oriundo(s) da presente licitação poderá(ão) ser rescindido(s) nos termos do art. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

18 - DAS PENALIDADES

18.1 Sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência e no Termo de Cessão de Uso, comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta;

18.1.3. não celebrar o Termo de Cessão de Uso ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Termo de Cessão de Uso no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. fraudar a licitação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Termo de Cessão de Uso licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do Termo de Cessão de Uso licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do Termo de Cessão de Uso licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Cessão de Uso no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - As obrigações do Contratante estão dispostas na Minuta do Termo de Cessão de Uso (**Anexo VII deste Edital**).

20 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 - As obrigações da Contratada estão dispostas na Minuta do Termo de Cessão de Uso (**Anexo VII deste Edital**).

20.2 – Além das obrigações dispostas na Minuta do Termo de Cessão de Uso (**Anexo VII deste Edital**), a CONTRATADA deverá observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV da Lei nº 12.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro encaminhará o processo licitatório à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento;

21.1.1. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao mesmo, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

21.2 - O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do Termo de Cessão de Uso, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

21.3 - A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

21.3.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

21.3.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

21.3.3. Na hipótese da ilegalidade de que trata o *caput* ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.4 - A participação nesta licitação implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

21.5 - O pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo;

21.6 - Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;

21.6.1. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, nos termos do art. 39, §6º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

21.7 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento;

21.8 – Os catálogos/*folders*, porventura apresentados, deverão ser retirados pelos interessados até 30 (trinta) dias após a conclusão do presente processo licitatório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TRT o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.

21.9 - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação deste instrumento convocatório;

21.10 - Em caso de discrepância entre o Edital, seus anexos e os dados incluídos no sistema Comprasnet, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

21.11 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, deverá ser observado o disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021 e o contido no calendário oficial do TRT13, disponível através do seguinte link: https://www.trt13.jus.br/acesso-a-informacao/arquivos/calendario-2026__.pdf

21.12 - Os autos do respectivo processo administrativo que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

21.13 - Em conformidade com o disposto no **ATO TRT GP nº 096/2009**, todas as peças deste protocolo estão digitalizadas e vinculadas à tramitação do protocolo (**PROAD TRT nº 10974/2025**), cujo teor encontra-se no site de consulta processual deste Tribunal Regional do Trabalho da 13.^a Região, www.trt13.jus.br (Portal de Serviços).

21.14 - Cópia do edital estará disponível nos sítios eletrônicos <https://www.trt13.jus.br/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao-1/licitacoes-1> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Informações adicionais poderão ser prestadas pelo e-mail nl@trt13.jus.br e telefones: (83) 3533-6138 ou (83) 3533-6137, obedecido o horário de funcionamento deste Tribunal: das segundas-feiras às sextas-feiras das 07:00h às 17:00h.

21.15. Fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa/PB, para dirimir as questões que porventura venham a surgir, por força do presente instrumento e da contratação oriunda desta licitação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

João Pessoa/PB, 19 de maio de 2026

Ronaldo Vieira de Aragão
Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA



PROAD Nº 10.974/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

“Cessão de Uso de espaços físicos do edifício-sede deste Tribunal e do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo com vistas a abrigar cafeteria/lanchonete”

1 – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Definição:

Concessão administrativa de uso de espaço físico, a título oneroso e em caráter precário, destinado à prestação de serviço de cafeteria/lanchonete nas dependências do edifício-sede deste Tribunal Regional do Trabalho, localizado na Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260, com área total de 8,43 m², e, do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045, com área de 9,27 m², conforme condições e exigências estabelecidas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Resolução Nº 356/CSJT.

1.2 – Classificação:

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 – Vigência da Cessão de Uso e seu reajustamento:

1.3.1 O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso a título oneroso e precário decorrente da presente licitação tem início com sua assinatura, e encerra-se em 30 meses, podendo ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, prevista no artigo 107, da Lei 14.133, de 2021.



1.3.2 A taxa pela cessão será reajustada anualmente com base na variação do INPC (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, a contar do orçamento estimado (08/04/2026).

1.3.2.1 Para os reajustes posteriores será observada a contagem de um ano a partir do último reajuste concedido.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Justificativa:

Com a reforma iniciada no Edifício do Fórum Maximiano Figueiredo deste Tribunal (PROAD TRT nº 2.255/2025), estará disponível espaço para ser utilizado como um local que venha a valorizar o aspecto humano e profissional dos servidores, o que nos leva a crer que tal situação seria um dos elementos que otimizariam a produtividade e o alcance dos objetivos institucionais.

Do mesmo modo, há no edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho local disponível, onde deixou de funcionar uma Cafeteria/Lanchonete, haja vista o distrato ocorrido recentemente com a empresa (PROAD 6425/2025).

Não obstante, é de conhecimento público que, muitos Magistrados e Servidores não encontram disponibilidade elástica de horário para se ausentar de suas atribuições, não sendo forçoso imaginar que a instalação de cafeterias/lanchonetes viria a contribuir para minimizar eventuais problemas ligados a saúde.

2.2 – Planejamento Estratégico:

A demanda está em consonância com o **Planejamento Estratégico Institucional 2021 – 2026** (Processo 0000184-36.2021.5.13.0000), conforme Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 02 - Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 08 - Trabalho decente e crescimento econômico.



2.3 – Previsão no Plano Anual:

A demanda não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA, exercício 2026 (PROAD Nº 4832/2025), notadamente por não ser uma aquisição e sim uma Cessão de Uso.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Consiste na implantação e exploração do serviço completo de lanchonete/cafeteria nas dependências do Edifício-Sede deste Tribunal Regional do trabalho da 13ª Região, localizado na Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260, com área total de 8,43 m², conforme planta (doc.15) e nas dependências do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045, com área de 9,27 m², conforme planta (doc.14), por meio da cessão onerosa e em caráter precário a uma empresa privada especializada, conforme quadro abaixo.

Esta empresa será selecionada através de um processo licitatório, cujo critério de julgamento será a oferta do menor preço (maior oferta) pela utilização dos espaços, respeitando um valor mínimo pré-estabelecido.

A empresa vencedora assumirá integralmente a responsabilidade pelo investimento inicial em infraestrutura com equipamentos e utensílios, bem como por todos os custos operacionais, gestão de pessoal, compra de insumos, mobiliário apenas para a cafeteria do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo e o cumprimento de todas as normas sanitárias e legais pertinentes.

Em contrapartida pela exploração comercial do espaço, a Cessionária pagará mensalmente ao TRT 13, além do valor mensal devido pela cessão dos espaços físicos ofertados na licitação, o reembolso mensal a este Tribunal do valor referente ao ressarcimento das despesas com



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

água e esgoto, energia elétrica, Taxa de Coleta de Resíduos - TCR e vigilância patrimonial, proporcionais à área física ocupada, atendendo o disposto nos arts. 10 e 11 da Resolução CSJT nº 356/2023

Para fins de rateio, foram calculadas as despesas mensais relativas aos contratos de energia elétrica, consumo de água/esgoto, Taxa de Limpeza Pública e vigilância patrimonial, aplicando-se o critério de proporcionalidade em relação à área destinada à cessão. Os valores correspondentes, discriminados conforme a metragem cedida, estão apresentados nos subitens 9.1.2 e 9.2.2.

Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Unitário Mínimo Estimado para Taxa de Onerosidade R\$	Valor estimado das despesas comuns R\$	Valor Total mensal estimado da Cessão R\$
1	Cessão de espaço de uso, a título oneroso, destinado à instalação de lanchonete/cafeteria com área de 8,43 m², localizado no andar térreo do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, situado na Av. Corálio Soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260.	Mês	1	1.050,21	84,40	1.134,61
2	Cessão de espaço de uso, a título oneroso, destinado à instalação de lanchonete/cafeteria com área de 9,27 m², situado no andar térreo do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045.	Mês	1	312,21	87,35	399,56

4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



4.1 Requisitos de sustentabilidade, segurança alimentar e higiene:

Entregar os produtos constantes deste Termo de Referência, respeitando as normas do INMETRO e/ou ABNT, no que couber e, ainda, cumprir às recomendações previstas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT nº 310/2021, atualizado pelo Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST N.º 71, de 10 de setembro de 2025.

A prestação de serviços de lanchonete/cafeteria deverá observar também, rigorosamente, as disposições legais e regulamentares vigentes, em especial as normas de boas práticas de manipulação, higiene e segurança alimentar estabelecidas pela Anvisa, órgãos estaduais e municipais competentes.

4.2 – Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 – Condições de participação:

4.3.1 A participação neste certame será direcionada exclusivamente para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/2006.

4.3.1.1 As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte participantes do procedimento de contratação deverão comprovar seu enquadramento e condições por meio de declaração específica, facultado ao Tribunal, se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do ofertante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3.º, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 123/2006, e suas alterações, além do Decreto nº 8.538/2015, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4 Requisitos das Propostas:



4.4.1 A validade da proposta apresentada deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos contados da data da apresentação.

4.4.2 Será aceita a proposta que oferecer MENOR PREÇO (maior oferta para a taxa mensal da cessão), em conformidade com o inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

4.4.2.1 Para adequar ao sistema do Compras.gov.br, a licitante deverá cadastrar no sistema, para fins de lance e julgamento, o valor mensal ofertado relativo a taxa mensal da cessão, expresso por meio de um Fator de Correção (FC) para chegar ao valor unitário mensal ofertado, a ser calculado da seguinte forma:

$$FC = R\$ 50.000,00 - VMO \text{ (valor mensal ofertado para a taxa da cessão)}$$

4.4.2.2 O chamado “Fator de Correção” foi adotado para adaptação ao sistema informatizado de licitações da modalidade licitatória pregão eletrônico, a fim de viabilizar a adoção do critério MENOR PREÇO (MAIOR OFERTA), já que o aludido sistema não permite a oferta de lances superiores aos últimos registrados (somente inferiores).

4.4.2.2.1 O Fator de Correção deverá ser apresentado com no máximo duas casas decimais e o vencedor será o licitante que apresentar o menor FC, considerando o valor indicado no Termo Referência como o mínimo a ser ofertado.

Exemplo:

Valor mensal ofertado VMO (a ser pago ao TRT 13 pela contratada) R\$	Cálculo	FC (valor a ser lançado no sistema para disputa) R\$
R\$ 1.000,00 (valor mínimo para a contratação)	R\$ 50.000,00 - R\$ 1.000,00	R\$ 49.000,00
R\$ 1.300,00	R\$ 50.000,00 - R\$ 1.300,00	R\$ 48.700,00
R\$ 1.800,00	R\$ 50.000,00 - R\$ 1.800,00	R\$ 48.200,00



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

Neste exemplo, seria vencedora a proposta com R\$ 48.200,00, o que corresponderia a um valor mensal ofertado para a taxa de onerosidade de R\$ 1.800,00.

4.4.3 Não serão aceitas propostas com valores abaixo dos valores mínimos estimados para as contratações.

4.4.3.1 Para a cafeteria do edifício-sede do TRT13 localizado na Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260, com área total de 8,43 m², o valor mínimo estimado para a taxa da cessão é de R\$ 1.134,61.

4.4.3.2 Para a cafeteria do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045, com área total de 9,27 m², o valor mínimo estimado para a taxa da cessão é de R\$ 399,56.

4.5 Habilitação:

4.5.1 Da Qualificação Técnica Operacional

4.5.1.1 A licitante deverá ser especializada no ramo de lanchonete, oficial e legalmente estabelecida, em conformidade com a legislação em vigor.

4.5.1.2 Apresentar declaração de visita técnica, em conformidade com o disciplinado neste Termo de Referência.

4.5.1.2.1 A visita tem por finalidade conhecer as instalações das áreas disponibilizadas pelo Cedente, para cessão de uso de espaço físico, para a instalação de cafeteria/lanchonete e avaliar as condições relativas às características e estados de conservação, posto que somente a descrição técnica não se faz suficientemente clara para determinar as grandezas que serão envolvidas para a execução dos serviços e, consequentemente, assegurar que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do Cedente.

4.5.1.2.2 A visita deverá ser realizada até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento.

4.5.1.2.3 A visita deverá ser realizada por profissional qualificado e habilitado (representante legal) da interessada e será acom-



panhada por representante do Cedente. O atestado de visita técnica efetuada, deverá ter sido preferencialmente elaborada com antecedência pelo licitante, em conformidade com os modelos constantes do ANEXO I e II.

4.5.1.2.4 A licitante que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a vencedora, não poderá alegar, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades.

4.5.1.2.5 A declaração da licitante, em sua Proposta Comercial, de que conhece as condições locais para a execução do objeto supre a necessidade de visita técnica.

4.5.1.3 A Licitante, pessoa jurídica, deverá apresentar, no mínimo, 1 (uma) declaração (ou atestado) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executa ou executou a prestação do serviço de preparo e fornecimento de lanche, pelo ou menos, 50 (cinquenta) lanches por dia pelo período de 6 (seis) meses, ininterruptos ou não.

4.5.1.3.1 Será aceita o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovação do quantitativo mínimo.

4.5.1.3.2 Os períodos concomitantes serão computados uma única vez para efeito de contagem dos prazos.

4.5.1.3.3 Para comprovação do tempo de experiência poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

4.6 – Da Visita Técnica

4.6.1 As proponentes, através de seus representantes legais, deverão visitar previamente, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, as instalações físicas/locais objeto da Licitação, para o conhecimento do objeto licitado, devendo a visita ser agendada previamente com a **Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA)** do TRT da 13ª REGI-



ÃO através do telefone (83) 3533 - 6140, com antecedência mínima de 24 horas, no horário das **8 h às 14 h**, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, **para o Edifício-Sede do TRT 13** e para o **Fórum Maximiano Figueiredo**, junto a **Divisão de Administração do Fórum Maximiano Figueiredo**, por meio do telefone (83)3533-6317, no horário das **8h às 14h**, de segunda e sexta-feira. Sendo de inteira responsabilidade da empresa interessada em participar da licitação as informações prestadas pelo seu preposto ao visitar e conhecer os equipamentos e instalações, inclusive não se aceitando alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham a compor a proposta de preços a ser apresentada.

4.6.2 Na oportunidade, será fornecido Termo de Visita Técnica emitido pela **CAEMA – Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza** e pelo **Divisão de Administração do Fórum Maximiano Figueiredo**, indicando que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, em conformidade com o Edital e seus anexos, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento do objeto a ser executado, não se admitindo posteriormente qualquer alegação de desconhecimento.

4.6.3 A visita técnica poderá ser suprida por Declaração formal da licitante, assinada pelo seu representante legal, sob as penas da Lei, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos necessários à execução integral do objeto deste Termo de Referência. A referida Declaração, quando substituir o Termo de Visita técnica, deverá compor a Proposta Comercial da licitante.

4.6.4 Não serão realizadas visitas técnicas no dia de recebimento das propostas.



5 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo para início das atividades no estabelecimento não poderá, de forma injustificada, exceder a 30 dias, contados a partir da assinatura do Termo.

5.2 Os serviços deverão ser prestados de forma indireta, nos locais e condições constantes neste documento e definido que:

5.2.1 Em face da sua natureza, a execução dos serviços dar-se-á nas dependências do Cedente, em espaços destinados a cafeteria/lanchonete, localizados no Térreo do Edifício-Sede deste Tribunal, Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260 e no Térreo do Edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045.

5.2.2 A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação receberá(ão) as instalações mediante Termo de Cessão de Uso, após estas serem vistoriadas pelas partes interessadas.

5.2.3 Somente serão permitidas modificações nas instalações, de qualquer natureza, com a anuência prévia da Administração deste TRT.

5.2.4 Não serão aceitas alterações na estrutura física e/ou planta das instalações.

5.2.5 As benfeitorias vindas de quaisquer acréscimos ou melhorias realizadas, com autorização da Cedente, serão incorporadas ao imóvel, sem nenhum ônus para a Cedente, ao final da avença.

5.2.6 Se o termo for rescindido, as benfeitorias serão incorporadas ao patrimônio da Cedente sem nenhum direito de ressarcimento.

5.2.7 O atendimento da cafeteria/lanchonete ficará condicionado aos dias de funcionamento forense, no horário das 8h às 15h.

5.2.8 Estima-se em 480 pessoas o número de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, advogados e partes que devem circular diariamente nas dependências do prédio sede do edifício-sede deste Tribunal. Enquanto que a estimativa de pessoas circulando



diariamente no Edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, entre magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, advogados e partes, é de 750 pessoas.

5.2.9 Além do valor mensal devido pela cessão dos espaços físicos, a Cessionária deverá reembolsar mensalmente a este Tribunal o valor, referente ao ressarcimento das despesas com água e esgoto, energia elétrica, TCR, limpeza e vigilância, proporcionais à área física ocupada, atendendo o disposto nos arts. 10 e 11 da Resolução CSJT nº 356/2023.

5.2.10 Este Tribunal não pagará importância alguma à Cessionária, como forma de remuneração pelos serviços prestados.

5.2.11 É vedada a sublocação ou exercício de atividades diversas das autorizadas no Termo de Cessão de Uso art. 5º, VII da Resolução CSJT nº 356/2023).

5.2.12 Não haverá permissão para utilização dos espaços para a produção de refeições por/para outras empresas ou instituições.

5.2.13 Durante a vigência da Concessão de Uso, a Cessionária ficará responsável pela limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se, salvo autorização em contrário, a entregá-la, dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

5.2.14 Durante o recesso forense e em outros períodos em que, eventualmente, a demanda seja comprovadamente reduzida, a requerimento expresso da Cessionária, o valor pago pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa poderá ser revisto pelo Cedente, no equivalente pro-rata die dos dias equivalentes ao recesso, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.2.15 O requerimento para redução do valor do aluguel deverá ser entregue ao Cedente para análise do pedido.

5.2.16 O funcionamento da área de concessão será objeto de fiscalização por parte da Vigilância Sanitária, órgãos fiscalizadores do município e da Cedente.

5.2.17 É obrigatório o uso de uniformes pelos funcionários da lanchonete.



5.2.18 O lixo resultante das atividades terá que ser retirados toda vez que for necessário e no horário adequado, devidamente acondicionado em sacos plásticos indevassáveis, conforme norma técnica de higiene e procedimentos de coleta seletiva determinada pela Cedente.

5.2.19 As lixeiras seletivas serão colocadas em locais previamente estabelecidos pela Cedente, bem como a limpeza diária das mesmas. A destinação do lixo coletado também será definida pela Cedente.

5.2.20 Os funcionários da área de Concessão deverão apresentar comportamento adequado no desempenho de suas atribuições, bem como atender aos usuários com educação, polidez, discrição e rapidez.

5.2.21 A Cedente poderá solicitar o imediato afastamento ou a substituição de qualquer funcionário da Cessionária, cuja sua atuação seja considerada inconveniente às normas internas da Cedente.

5.2.22 A Cessionária deverá seguir as orientações contidas na RDC ANVISA nº 216/2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

5.2.23 Toda manutenção/reparo será de responsabilidade da Cessionária, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos, sendo que a manutenção abrange os seguintes itens:

- Água/esgoto;
- Energia (eletrodutos e conexões, lâmpadas, disjuntores, reatores, interruptores).

5.2.24 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de operação, se aplicável, serão prestados por profissionais devidamente qualificados às funções a desempenhar.

5.2.25 Todos os consertos, se e quando necessários, deverão se dar, obrigatoriamente, sem nenhum prejuízo da adequada prestação do serviço contratado.

5.2.26 A Cessionária deverá manter as dependências, instalações, equipamentos e utensílios em perfeita ordem e funcionamento, efetuando, diariamente, a higienização e limpeza, bem como a conservação das dependências, tudo por sua inteira responsabilidade.



5.2.27 Os preços praticados na cobrança das refeições, lanches, ceia e demais produtos comercializados, bem como o cardápio, deverão ser mantidos em local visível, não podendo ultrapassar o valor máximo fixado para o almoço deste Termo de Referência.

5.2.28 O pagamento dos produtos de cafeteria e lanches será de inteira responsabilidade dos usuários do restaurante, que poderão efetuá-lo por meio de dinheiro, cartão de crédito ou débito, sendo facultada à Cessionária a aceitação de vales-refeição/alimentação ou outras formas legalmente reconhecidas.

5.2.29 A cessionária deverá manter, durante todo o período de vigência do contrato um ou mais preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo(s) mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço e telefones, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros, em até 10 (dez) contados da assinatura do contrato.

5.2.30 O cedente poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

5.3 - Cardápio e Especificações

ITENS MÍNIMOS
Bolos (pedaço – mínimo de 100 g): fubá, cenoura, chocolate, laranja, aipim, etc
Pão de queijo (mínimo de 80 g)
Salgados assados: empadas, esfirras, pastéis, rissoles, etc (mínimo de 100 g)
Salgados fritos: pastéis, coxinhas, quibes, enroladinhos, etc (mínimo de 100 g)
Pão com manteiga (mínimo de 60 g)
Queijo quente (mínimo de 75 g)
Misto quente (mínimo de 90 g)
Sanduíches naturais (composições variadas com frango desfiado, cenoura,



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

saladas,atum, ovos, ricota, ameixa, peito de peru defumado, presunto, salame, queijos variados – mínimo de 120 g)
Empadão/Torta de frango ou camarão (pedaço de no mínimo 100g)
Tortas doces (pedaço de no mínimo de 100 g)
Água mineral com gás (garrafa de 500 ml) e sem gás (copo de 200 ml e garrafa de 500 ml)
Leite (copo de 300 ml)
Chocolate gelado (copo de 300 ml)
Chocolate quente (xícara de 160 ml)
Café (xícara de 50 ml e 160 ml)
Café com leite (xícara de 160 ml)
Café expresso (xícara de 160 ml)
Cappuccino (xícara de 160 ml)
Chá mate gelado (natural, limão ou diet – embalagem de no mínimo 300 ml)
Refrigerantes (lata de 350 ml)
Sucos naturais (copo de 300 ml)
Suco industrializado (embalagem de no mínimo 200 ml)
Refrescos (copo 300 ml)
Vitaminas (copo 300 ml)
Milk Shake (copo 300 ml)

*Obs.: os produtos deverão ser oferecidos, preferencialmente, nas possibilidades:

normal, diet e light

5.3.1 Não será permitida a venda, tampouco o consumo de bebidas alcoólicas.

5.3.2 Não será permitido a cocção, na Lanchonete, de alimentos do tipo: arroz, feijão, macarrão, frango assado, carne cozida e outros.



5.3.3 A logística de transporte dos gêneros alimentícios deverão atender as normas sanitárias e legislação vigentes, além de atender os horários estabelecidos pela Cedente.

5.3.4 Os alimentos devem ser servidos em condições seguras para o consumo humano, preparadas com gêneros de primeira qualidade, com ótima apresentação e sabor agradável, dentro das exigências de higiene e técnicas culinárias.

5.3.5 As refeições devem ser servidas em equipamentos adequados (estufas, balcões térmicos e bufês), devendo esses equipamentos estar regulados para que a temperatura dos alimentos quentes permaneça acima de 60°C. Conforme RDC ANVISA nº 216/2004 que estabelece as Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

5.3.5.1 Os balcões térmicos e/ou bufês devem ser protegidos para que os clientes não contaminem os alimentos enquanto se servem.

5.3.5.2 Os variados tipos de sobremesas e/ou lanches frios, devem ser colocados em balcão frigorífico refrigerado, para que a temperatura dos alimentos frios permaneça abaixo de 5°C.

5.3.6 As refeições deverão ser servidas em pratos de louça, talheres de aço inoxidável e copos de vidro, e seu fornecimento é de responsabilidade da Cessionária.

5.3.7 As refeições deverão ser produzidas com critérios rígidos de controle microbiológico dos processos de trabalho, armazenamento e preparação dos alimentos, assepsia das instalações, inclusive infraestrutura de esgoto e água potável.

5.3.8 Caberá à empresa Cessionária adotar os seguintes procedimentos, com vistas ao controle de qualidade e de produção dos alimentos processados e servidos na lanchonete do Tribunal:

a) Executar o controle de gêneros e de produtos alimentícios utilizados, quanto à qualidade, estado de conservação, acondicionamento, condições de higiene e ainda observadas as exigências vigentes: registro nos órgãos competentes e prazo de validade.



b) Estocar gêneros e materiais necessários à execução dos serviços em recintos próprios obedecendo, no que couber, ao RDC ANVISA nº 216/2004.

c) Manter a área de guarda de gêneros e produtos alimentícios (despensa e refrigeradores) em condições adequadas, com base nas normas técnicas sanitárias vigentes.

d) Coletar diariamente amostras da alimentação preparada, que deverão ser devidamente rotuladas e acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, mantendo-as sob temperatura adequada pelo prazo de 72 horas para eventuais análises laboratoriais.

e) Manter os alimentos não consumidos imediatamente após o preparo a uma temperatura superior a 65°C ou inferior a 7°C, no caso das saladas e sobremesas, até o momento final.

f) Responsabilizar-se pela qualidade dos alimentos fornecidos, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes. Sempre que houver suspeita de deterioração ou contaminação dos alimentos in natura ou preparados, os mesmos deverão ser suspensos do consumo.

g) Realizar o controle higiênico-sanitário dos alimentos em todas as suas etapas.

h) Prevenir a ocorrência de contaminação cruzada entre os diversos alimentos durante a pré-preparação e preparo final.

5.4 - Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.4.1 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

a) Ao final do contrato, a cessionária deverá desocupar o espaço, removendo todos os seus equipamentos e pertences no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

b) A cessionária deverá entregar o espaço nas mesmas condições em que o recebeu, ressalvado o desgaste natural pelo uso normal.

c) Será realizada vistoria conjunta de devolução entre cedente e cessionária.

d) Eventuais benfeitorias realizadas pela cessionária seguirão



o disposto no contrato quanto à indenização ou incorporação ao imóvel.

6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CESSÃO

6.1 Para a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, será formalizado Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas, todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital de licitação, do Termo de Referência e da Proposta de Preços da empresa vencedora.

6.1.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2 As comunicações entre o cedente e a cessionária devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2 Fiscalização

6.2.1 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Cessionária para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2.2 Nos termos do artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo dos servidores designados, que também serão responsáveis pela realização das pesquisas de satisfação e da avaliação técnica.



6.2.3 A gestão e fiscalização deste Contrato serão realizadas por servidores indicados pela Diretoria-Geral.

6.2.4 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inatendimento por parte da Cessionária, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de Administração do Cedente, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na Lei, no Edital, neste Termo de Referência e no Contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

6.2.5 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a cessionária da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

6.2.6 A fiscalização de que tratam os itens anteriores não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

6.3 RESCISÃO CONTRATUAL

6.3.1 Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando a área do imóvel ao cedente, sem direito da cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:

6.3.1.1 Vier a ser dada à área cedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato (Termo de Cessão).

6.3.1.2 Houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Cessão.

6.3.1.3 Ocorrer renúncia à cessão ou se a cessionária deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência.

6.3.1.4 Ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.



6.3.2 A inexecução total ou parcial da contratação celebrada enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as penalidades previstas em Lei ou regulamento, de acordo com os artigos 155 a 163 da Lei n.º 14.133/2021.

6.3.3 A rescisão desta contratação dar-se-á nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

6.3.4 No procedimento que visa à rescisão da contratação, por inexecução total ou parcial, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

6.3.5 Fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa/PB para dirimir as questões que porventura venham a surgir, por força do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

7 – DO PAGAMENTO DA TAXA MENSAL DA CESSÃO

7.1 O pagamento do valor devido pelo uso do espaço público e ressarcimento das despesas comuns compartilhadas, denominada Taxa mensal da Cessão, deverá ser realizado mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à competência, através da Guia de Recolhimento da União (GRU), fornecida pelo Fiscal do Contrato.

7.1.1 Após a realização do pagamento, a Cessionária deverá encaminhar o comprovante para a Cedente, em até 05 (cinco) dias do seu pagamento.

7.2 Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela cessionária, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão



calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{365} \text{ e } EM = I * N * VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8 – DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ADJUDICAÇÃO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO (maior oferta para a taxa mensal da cessão), em conformidade com o inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Para a presente contratação, será efetuada adjudicação por menor preço por item.

8.3 Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7 A empresa, deverá atender ao que dispõe o inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

9 – DO VALOR ESTIMADO DA CESSÃO

9.1 O valor total mensal estimado para remuneração da Cessão de Uso, denominada Taxa mensal da cessão, por parte da Cessionária para a cafeteria do **edifício-sede do TRT 13** é de R\$ 1.134,61 (mil, cento e



trinta e quatro reais e sessenta e um centavos), conforme explicitado nos subitens a seguir.

9.1.1 Taxa mensal de ocupação do espaço.

Para a cafeteria do edifício-sede do TRT 13 estimou-se que o valor mensal que a Cessionária recolherá ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, referente a remuneração do espaço cedido, correspondente a área de 8,43 m², importa no valor de R\$ 1.050,21 (mil, cinquenta reais e vinte e um centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

Cálculo da remuneração pelo espaço cedido (Aluguel)

A remuneração pelo espaço cedido para a cafeteria do prédio do edifício-sede tomou como referência o parecer de indicação de valor mercadológico apresentado pela PIONEIRA IMOBILIÁRIA (doc. 23), utilizado na cessão desta mesma área para cafeteria/lanchonete, cuja contratação foi rescindida por inadimplência da Cessionária, onde se levou em consideração as condições da área, a localização do imóvel, assim como a lei da oferta e da procura, com o valor do metro quadrado alcançando, a época, o importe de R\$ 69,90 (sessenta e nove reais e noventa centavos), cuja atualização monetária considerou o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M/FGV) acumulado no período 04/2017 a 03/2026, conforme Calculadora do Cidadão disponível no site <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores> (doc. 24), que alcançou o valor de R\$ 124,58 (cento e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos) por metro quadrado.

Unidade	Preço médio de aluguel praticado na região onde está localizado Edf. Sede (m ²)	Área construída da Concessão (m ²)	Preço mensal do aluguel (R\$)
Cafeteria/Lanchonete	124,58	8,43	1.050,21



9.1.2 Taxa Mensal pelo Ressarcimento de despesas comuns

Atendendo ao disposto nos arts. 10 e 11 da Resolução nº 356/2023 do CSJT, estimou-se, a seguir, os valores que a Cessionária terá que recolher relativos a despesas comuns com energia elétrica, água e esgoto, Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCR e vigilância patrimonial, referente à cessão de espaço, correspondente a área de 8,43 m², em R\$ 84,40 (oitenta e quatro reais e quarenta centavos), conforme cálculos constantes dos quadros a seguir:

Energia Elétrica

Unidade	Área construída total Edf. Sede (m²)	Área construída da Concessão (m²)	Fração área concessão / área total	Média consumo mensal de energia 2025 (R\$)	Rateio mensal de consumo de energia (R\$)
Cafeteria/ Lanchonete	7.627,15	8,43	0,0011053	40.738,37	45,03

Água e esgoto

Unidade	Área construída total Edf. Sede (m²)	Área construída da Concessão (m²)	Fração área concessão / área total	Média consumo mensal de água 2025 (R\$)	Rateio mensal de consumo de água (R\$)
Cafeteria/ Lanchonete	7.627,15	8,43	0,0011053	4.643,33	5,13

Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCR

Unidade	Área construída total Edf. Sede (m²)	Área construída da Concessão (m²)	Fração área (concessão / área total)	TCR 2026 (R\$)	Valor anual TCR (a)	Rateio mensal da TCR (a / 12)
Cafeteria/ Lanchonete	7.627,15	8,43	0,0011053	23.486,56	25,95	2,16



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

Vigilância

Unidade	Área construída total Edf. Sede (m²)	Área construída da Concessão (m²)	Fração área concessão / área total	Média consumo mensal de Vigilância 2025 (R\$)	Documento	Rateio mensal de consumo de Vigilância (R\$)
Cafeteria/Lanchonete	7.627,15	8,43	0,0011053	29.027,27	Contrato TRT 39/2025 - Proad nº 8100/2024 – docs. 110 e 207	32,08

9.1.3 Caberá à empresa Cessionária recolher mensalmente a Taxa Mensal da cessão, cujo valor corresponderá ao somatório dos seguintes taxas:

9.1.3.1 Taxa mensal de ocupação do espaço: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.1.1.

9.1.3.2 Taxa mensal pelo uso de energia elétrica: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.1.2.

9.1.3.3 Taxa mensal pelo consumo de água/esgoto: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.1.2.

9.1.3.4 Taxa mensal pelo consumo de coleta de resíduos sólidos – TCR: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.1.2.

9.1.3.5 Taxa mensal pelo consumo de vigilância: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.1.2.

9.1.4 O valor total da Taxa Mensal da cessão deverá ser recolhido até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à utilização do espaço destinado a cafeteria/lanchonete.

9.1.4.1 O recolhimento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento de Receitas da União – GRU, fornecida pelo Fiscal do Contrato.

9.1.4.2 A Cessionária deverá apresentar, à fiscalização do Contrato, o comprovantes de recolhimento da GRU em até 05 (cinco) dias úteis após sua quitação.



9.2 O valor total mensal estimado para remuneração da Cessão de Uso, denominada Taxa mensal da cessão, por parte da Cessionária para a cafeteria do **edifício do Fórum Maximiano Figueiredo** é de R\$ 399,56 (trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos), conforme explicitado nos subitens a seguir.

9.2.1 Taxa mensal de ocupação do espaço.

Para a cafeteria do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo estimou-se que o valor mensal que a Cessionária recolherá ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, referente a remuneração do espaço cedido, correspondente a área de 9,27 m², importa no valor de R\$ 312,21 (trezentos e doze reais e vinte e um centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

Cálculo da remuneração pelo espaço cedido (Aluguel)

A remuneração pelo espaço cedido para a cafeteria do prédio do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo tomou como referência a cessão a título oneroso e precário de espaço físico para instalação de posto de atendimento bancário e caixas eletrônicos de auto atendimento, celebrada entre este TRT13 e a Caixa Econômica Federal (Termo de Cessão de Uso TRT 13 nº02/2018, doc. 25), com o valor do metro quadrado alcançando, a época, o importe de R\$ 20,29 (vinte reais e vinte e nove centavos), cuja atualização monetária considerou o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M/FGV) acumulado no período de 12/2018 a 03/2026, conforme Calculadora do Cidadão disponível no site <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores> (doc. 26), que alcançou o valor de R\$ 33,68 (trinta e três reais e sessenta e oito centavos) por metro quadrado.

Unidade	Preço médio de aluguel praticado na região onde	Área construída da Concessão	Preço mensal do aluguel
---------	---	------------------------------	-------------------------



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

	está localizado o edifício do FMF (m²)	(m²)	(R\$)
Cafeteria/ Lanchonete	33,68	9,27	312,21

9.2.2 Taxa Mensal pelo Ressarcimento de despesas comuns

Atendendo ao disposto nos arts. 10 e 11 da Resolução nº 356/2023 do CSJT, estimou-se, a seguir, os valores que a Cessionária terá que recolher relativos a despesas comuns com energia elétrica, água e esgoto, Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCR e vigilância patrimonial, referente à cessão de espaço, correspondente a área de 9,27 m², em R\$ 87,35 (oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme cálculos constantes dos quadros a seguir:

Energia Elétrica

Unidade	Área construída total edf. FMF (m²)	Área construída da Concessão (m²)	Fração área concessão / área total	Média consumo mensal de energia 2025 (R\$)	Rateio mensal de consumo de energia (R\$)
Cafeteria/ Lanchonete	11.066,78	9,27	0,0008373	40.385,29	33,82

Água e esgoto

Unidade	Área construída total do edf. FMF (m²)	Área construída da Concessão (m²)	Fração área concessão / área total	Média consumo mensal de água 2025(R\$)	Rateio mensal de consumo de água (R\$)
Cafeteria/ Lanchonete	11.066,78	9,27	0,0008373	6.792,75	5,69

Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCR

Unidade	Área construída total	Área construída da	Fração área	TCR 2026	Valor anual TCR	Rateio mensal da TCR
----------------	--------------------------------------	-----------------------------------	--------------------	---------------------	--------------------------------	-------------------------------------



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

	edifício FMF (m²)	Concessão (m²)	(concessão /área total)	(R\$)	(a)	(a / 12)
Cafeteria/ Lanchonete	11.066,78	9,27	0,0008373	44.009,89	36,85	3,07

Vigilância

Unidade	Área construída total edf. FMF (m²)	Área construída da Concessão (m²)	Fração área concessão /área total	Custo mensal serviços de vigilância patrimonial (R\$)	Documento	Rateio custo mensal estimado serviços de vigilância patrimonial (R\$)
Cafeteria/ Lanchone te	11.066,78	9,27	0,0008373	53.468,15	Contrato TRT 39/2025 - Proad nº 8100/2024 – docs. 110 e 207	44,77

9.2.3 Caberá à empresa Cessionária recolher mensalmente a Taxa Mensal da cessão, cujo valor corresponderá ao somatório dos seguintes taxas:

9.2.3.1 Taxa mensal de ocupação do espaço: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.2.1.

9.2.3.2 Taxa mensal pelo uso de energia elétrica: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.2.2.

9.2.3.3 Taxa mensal pelo consumo de água/esgoto: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.2.2.

9.2.3.4 Taxa mensal pelo consumo de coleta de resíduos sólidos – TCR: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.2.2.

9.2.3.5 Taxa mensal pelo consumo de vigilância: Apurada pela metodologia prevista no subitem 9.2.2.

9.2.4 O valor total da Taxa Mensal pela cessão deverá ser recolhido até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à utilização do espaço destinado a cafeteria/lanchonete.



9.2.4.1 O recolhimento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento de Receitas da União – GRU, fornecida pelo Fiscal do Contrato.

9.2.4.2 A Cessionária deverá apresentar, à fiscalização do Contrato, o comprovantes de recolhimento da GRU em até 05 (cinco) dias úteis após sua quitação.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 – Das Obrigações do Cedente:

10.1.1 Nomear 01(um) Gestor e 01(um) Fiscal para executar o acompanhamento e a fiscalização do Contrato a ser firmado, em conformidade com suas competências e demais disposições legais, devendo observar, no mínimo, as atribuições expressamente previstas neste Termo de Referência.

10.1.2 Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação, solicitando a Cessionária todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

10.1.3 Notificar a Cessionária, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

10.1.4 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o presente Termo de Referência e com o Contrato, para que sejam tomadas as providências com relação a quaisquer irregularidades.

10.1.5 A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada ou o acompanhamento pelo contratante, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, conforme previsão legal estabelecida pelo art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.



10.1.6 Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais.

10.1.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Cessionária.

10.1.8 Cientificar a Cessionária sobre as normas internas vigentes relativas à segurança, inclusive aquelas atinentes ao controle de acesso de pessoas e veículos, bem assim sobre a Política de Segurança da Informação do Cedente.

10.1.9 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da cessionária aos locais onde serão prestados os serviços, observadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

10.1.10 Inspecionar periodicamente as instalações internas da lanchonete de forma verificar as condições de execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

10.1.11 Notificar a cessionária acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte deste.

10.1.12 Cumprir as demais obrigações constantes deste Termo de Referência, do instrumento convocatório e outras imposições previstas no Contrato.

10.1.13 Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.2 – Das Obrigações da Cessionária:

10.2.1 Observar todas as formalidades legais exigidas no presente Instrumento.



10.2.2 Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo cedente.

10.2.3 Manter os seus empregados usando uniformes completos em bom estado (calças e camisas) e, quando necessário, os respectivos equipamentos de Proteção Individual – EPI's, bem assim identificados durante o horário de trabalho, mediante uso permanente de crachás, com fotografia recente e nome visível.

10.2.4 Manter os seus empregados envolvidos nos processos de produção e distribuição devidamente uniformizados, utilizando acessórios inerentes à manipulação de alimentos tais como: luvas e protetores de cabelos, de acordo com os normativos aplicáveis à espécie.

10.2.5 Assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação formal da Administração convocando para esse fim.

10.2.6 Arcar com quaisquer prejuízos causados ao Cedente, provocados pelo mau uso do mobiliário, equipamentos e instalações físicas da cafeteria/lanchonete, quando evidenciada a culpa da Cessionária, por negligência, ação ou omissão.

10.2.7 Exclusivamente para a cafeteria a ser instalada no Fórum Maximiano Figueiredo será de responsabilidade da cessionária e as suas expensas, o fornecimento do mobiliário, constituído de 05 (cinco) mesas e 20 (vinte) cadeiras, conforme especificações constantes do anexo III, deste Termo de Referência.

10.2.8 Fornecer e manter atualizada relação de todos os seus funcionários, alocados para a prestação dos serviços, objeto deste Projeto Básico, devendo constar os nomes, identidades, função, horários de trabalho (início e final da jornada diária), horários dos intervalos (almoço).

10.2.9 Manter livro diário, ou sistema que o substitua com a mesma eficácia, para registro das ocorrências relativas ao Contrato.

10.2.10 Comparecer, sempre que convocada, às reuniões solicitadas pelo Cedente, assumindo ônus por sua ausência.



10.2.11 Indicar formalmente, quando da assinatura do Contrato, Preposto que tenha capacidade legal e gerencial para tratar de todos os assuntos previstos neste Termo de Referência e no instrumento contratual correspondente, sem implicar ônus para o Cedente, constando o nome completo do preposto, número de CPF, número do documento de identidade, números dos telefones e e-mails para contato, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

10.2.12 Assinar, por meio de seu Preposto, todos os documentos entregues ao Cedente.

10.2.13 Assumir todas as responsabilidades na ocorrência de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados ou por eles causados a terceiros no desempenho de suas atividades e nos horários da prestação dos serviços, em conformidade com a legislação trabalhista específica, garantindo a devida e imediata assistência.

10.2.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas internas disciplinares e de segurança do Cedente.

10.2.15 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao TRT da 13ª Região ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

10.2.16 Responsabilizar-se integralmente pela reparação das instalações (elétrica, hidráulica e civil), dos equipamentos (refrigeradores, fornos, câmaras frias e de exaustão) e mobiliários (mesas e cadeiras) sob sua guarda, que, em decorrência do desgaste pelo uso necessitem de conserto ou manutenção.

10.2.17 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme art. 121 da Lei n.º 14.133/2021.



10.2.18 Atender prontamente todas as solicitações do Cedente previstas no Edital, neste Termo de Referência e outras estabelecidas no Contrato.

10.2.19 Comunicar ao cedente, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

10.2.20 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter atualizada, durante toda a execução do objeto do contrato, as condições e documentações apresentadas para habilitação e qualificação, devendo a Contratada informar ao Contratante, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos, justificando a ocorrência, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei n.º 10.433/2021.

10.2.21 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual.

10.2.22 Realizar diariamente a limpeza do espaço físico da lanchonete, cozinha e demais dependências, incluindo exaustores, equipamentos e utensílios utilizados.

10.2.23 Realizar a entrada de mercadorias, em horário devidamente acordado e autorizado pela Administração.

10.2.24 Recolher os detritos e transportá-los conforme orientação da Fiscalização do Contrato.

10.2.25 Adotar boas práticas de sustentabilidades baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

10.2.25.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes.

10.2.25.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

10.2.25.3 Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.



10.2.25.4 Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

10.2.25.5 Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção predial.

10.2.26 Obter e manter válidas e em local visível todas as autorizações, licenças concedidas pelo poder público e demais documentos necessários para o exercício da respectiva atividade.

10.2.27 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Termo de Cessão.

10.2.28 A cessionária deverá respeitar as orientações previstas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução n.º 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, atualizado e revisado, na forma do Anexo do Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST N.º 71, de 10 de setembro de 2025.

10.2.29 Observar no que couber os regramentos dispostos no ATO TRT13.SGP N.º 121, DE 30 DE JUNHO DE 2025 – Institui o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, cujo acesso poderá ocorrer através do link <https://normasinternas.trt13.jus.br/xmlui/handle/bdtrt7/128291>.

11 – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- iv) **Multa**:
 - (1) Moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - a. *O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*



- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 25% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

11.3 – A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4 – Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da



Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7 – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.9 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.



11.11 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12 – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1 – As Partes, seus servidores/empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar, no tratamento de dados pessoais como Operadora ou Controladora, as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e em estrita observância aos termos da Política de Segurança da Comunicação e Comunicações, da Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normativos pertinentes aprovados pelo TRT13 e publicados no site da instituição.

12.2 – Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da Parte “Controladora” dos dados, bem como não poderão ser utilizados para qualquer finalidade além da execução deste instrumento.



12.3 – Cada Parte deverá limitar o acesso às informações a seus colaboradores, a quem este acesso seja obrigatoriamente necessário ou apropriado para que a execução do presente ajuste ocorra de forma adequada.

12.4 – O dever de confidencialidade abrange todas as informações recebidas pelas Partes, de forma oral ou escrita, através de diversos procedimentos de comunicação, tais como telefone e mídias digitais, em decorrência do sigilo a elas inerentes.

12.5 – As Partes não poderão colocar a outra em situação de violação da LGPD. A não observância de qualquer das disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a Parte infratora aos procedimentos judiciais competentes, de ordem civil e criminal.

12.6 - Eventuais dados coletados serão arquivados somente pelo tempo necessário para a execução deste instrumento. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da LGPD ou por interesse público.

12.7 – As obrigações constantes no parágrafo anterior não se aplicarão a qualquer informação que deva ser revelada em razão de interesse público ou por ordem judicial, nos limites de tal ordem.

12.8 – A obrigação de confidencialidade é em caráter irrevogável e irretratável, devendo ser observada mesmo após o encerramento do presente ajuste.

12.9 – Quando houver tratamento de dados de menores, a Parte deverá providenciar a coleta de consentimento específico de, pelo menos, um dos pais ou do responsável legal.



13 – DA DESCRIÇÃO DOS ANEXOS

13.1 – Anexo I – Modelo de Atestado de Visita Técnica para o Ed. sede

13.2 – Anexo II – Modelo de Atestado de Visita Técnica para o FMF

13.3 – Anexo III – Especificação técnica do Mobiliário para a cafeteria do do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo

Equipe de Planejamento da Contratação: (Portaria TRT13 DG nº 568/2025)

PAULO ROBERTO FERNANDES DE ALBUQUERQUE Matrícula nº 245.163.500	JACKSON BERTAMONI DE LIMA Matrícula nº 201.341.073	MICHEL TRAVASSOS DA SILVA Matrícula nº 201.319.564
Integrante Demandante e Coordenador da Equipe	Integrante Técnico	Integrante Administrativo



ANEXO I

MODELO DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA 1

Atestamos que, _____, Representante legal da empresa _____, realizou na data de __/__/2026, a visita técnica neste edifício-sede, referente ao Certame Pregão Eletrônico nº xx/2026, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO (maior oferta para a taxa mensal de cessão), cujo objeto é a Concessão de uso das instalações existentes no térreo do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, na cidade de João Pessoa/PB, com área total de 8,43 m², para a instalação de uma cafeteria/lanchonete, declarando o mesmo, para os fins que se façam necessários que em nome da empresa, tomou pleno conhecimento dos detalhes das condições locais, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

Responsável pela emissão do Termo de Vistoria

Responsável Legal da Empresa



ANEXO II

MODELO DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA 2

Atestamos que, _____, Representante legal da empresa _____, realizou na data de __/__/2026, a visita técnica neste edifício-sede, referente ao Certame Pregão Eletrônico nº xx/2026, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO (maior oferta para a taxa mensal de cessão), cujo objeto é a Concessão de uso das instalações existentes no térreo do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, na cidade de João Pessoa/PB, com área total de 9,27 m², para a instalação de uma cafeteria/lanchonete, declarando o mesmo, para os fins que se façam necessários que em nome da empresa, tomou pleno conhecimento dos detalhes das condições locais, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

Responsável pela emissão do Termo de Vistoria

Responsável Legal da Empresa



ANEXO III

Especificação técnica do Mobiliário para a cafeteria do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo

Item	Descrição	Qtd.	Unidade
1	CADEIRA BASE FIXA SEM BRAÇOS: Material estrutura: aço inox; Cor: preta; Material assento/encosto: polipropileno; Características adicionais: sem braço; Acabamento superficial: cromado; Dimensões: altura: 84 cm, largura: 53 cm, profundidade: 48 cm	20	Und.
2	MESA QUADRADA, em estrutura metálica, confeccionada em metalon 50mm x 30mm x #16, medindo 800mm x 800mm x 740mm (comprimento x largura x altura) com uma demão de primer antiferrugem e pintura final em esmalte sintético na cor preto fosco; com tampo em granito verde ubatuba (espessura de 20 mm) polido com acabamento arredondado nas bordas; as extremidades inferiores dos pés devem receber sapatas reguladoras com roscas confeccionadas em polipropileno de alto impacto para regulagem do nivelamento.	05	Und.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO II

**MODELO DE TERMO DE VISTORIA / DECLARAÇÃO DE
CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO DA
LICITAÇÃO**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO II

**MODELO DE TERMO DE VISTORIA / DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES
LOCAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

1 – TERMO DE VISTORIA

Atestamos que, _____ Representante Legal da empresa _____, realizou na data de ____/____/2026, a vistoria referente ao Certame denominado Pregão Eletrônico nº ____/2026, cujo objeto é a concessão administrativa de uso de espaço físico, a título oneroso e em caráter precário, destinado à prestação de serviço de cafeteria/lanchonete nas dependências do edifício-sede deste Tribunal Regional do Trabalho, localizado na Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260, com área total de 8,43 m², e, do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045, com área de 9,27 m², declarando o mesmo, para os fins que se façam necessários que, em nome da empresa, está ciente do estado dos equipamentos e das condições locais (objeto desta Licitação), abdicando assim a empresa a qual representa do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

João Pessoa/PB, de de 2026

Responsável pela emissão do Termo de Vistoria

Representante Legal

2 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

Declaramos, para fins de cumprimento ao que dispõe o Edital de Pregão Eletrônico Nº..... /2026, que a empresa....., CNPJ....., para os fins que se façam necessários, que está ciente do estado dos equipamentos e das condições locais (objeto desta Licitação), abdicando assim a empresa a qual representam, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame

João Pessoa/PB, de de 2026

Responsável legal da Empresa

Representante Legal



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A
RESOLUÇÃO CNJ N° 229/2016 DE 22/06/2016**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CNJ N°
229/2016 DE 22/06/2016**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na Resolução CNJ N° 229/2016 de 22/06/2016, que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da citada Resolução.

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
(INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021)**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
(INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021)**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por
intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do
Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021) que:

a) não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando
trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria
Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016 e que ;

b) não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de
combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho
escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e
170 da Constituição Federal de 1988, dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal
Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de
Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da
Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a
69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à
Proteção no Trabalho; e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das
piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O
DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991 C/C RECOMENDAÇÃO
CSJT Nº 24, DE 21 MARÇO DE 2022**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O
DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991 C/C RECOMENDAÇÃO CSJT Nº 24,
DE 21 MARÇO DE 2022**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por
intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c
Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que promove o fiel cumprimento das
cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado
de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam
compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania.

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

**ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)	Valor da Proposta Final Lançado no Sistema (R\$)	Valor Mensal Ofertado (a ser pago ao TRT13 pela Licitante)
1	Cessão de espaço de uso , a título oneroso, destinado à instalação de lanchonete/cafeteria com área de de 8,43 m ² , localizado no andar térreo do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região , situado na Av. Corálio soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260.	Mês	1	50.000,00		
2	Cessão de espaço de uso , a título oneroso, destinado à instalação de lanchonete/cafeteria com área de 9,27 m ² , situado no andar térreo do edifício do Fórum Maximiano Figueiredo , localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045.	Mês	1	50.000,00		
Valor Total da Proposta (R\$)						

Obs.: O Valor Mensal Ofertado a ser pago ao TRT13 pela Licitante corresponde à diferença entre o valor de R\$ 50.000,00 e o valor da proposta final lançado no sistema Compras.gov.br.

A Proposta Comercial deverá conter as seguintes informações:

- a) Razão Social;
- b) Número do CNPJ/MF;
- c) Endereço e Telefone;
- d) Nome do Banco, Número da Agência e Número da Conta-Corrente;
- e) Preço mensal;
- f) Descrição do objeto;
- g) Prazo de validade da proposta;
- i) Data e assinatura do representante legal.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO VII

MINUTA DO TERMO DE CESSÃO DE USO

MINUTA

TERMO DE CESSÃO DE USO TRT N.º ____/2026

**TERMO DE CESSÃO DE USO DE
ESPAÇO FÍSICO DE BEM PÚBLICO, A
TÍTULO ONEROSO, PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇO DE
CAFETERIA/LANCHONETE NO
EDIFÍCIO-SEDE DO TRT13ª QUE ENTRE
SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO E A
EMPRESA [NOME DA EMPRESA].**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO**, com sede na Avenida Corálio Soares de Oliveira, s/n – Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-260, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.658.544/0001-70, doravante denominado **CEDENTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA, com o mesmo endereço do TRT13, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e a empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ n.º [____], com sede na [endereço completo], [CEP], telefone [____], e-mail: [____], através de seu(sua) representante legal, [nome completo], Carteira de Identidade n.º [____] SSP/[____], CPF n.º [____], doravante denominada **CESSIONÁRIA**, tendo em vista o contido no **Proad TRT n.º 10.974/2025**, com amparo legal na Lei n.º 14.133/2021 e na Resolução CSJT n.º 356/2023, celebram o presente instrumento, nos termos e condições abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a cessão de uso de espaço físico, a título oneroso, destinado à prestação de serviço de cafeteria/lanchonete em dois locais distintos, conforme descrito abaixo:

ITEM	LOCAL
01	Térreo do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região , localizado na Av. Corálio Soares de Oliveira, s/nº, centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58.013-260, com área total de 8,43 m², conforme planta em anexo (doc.15 do Proad 10.974/2025)
02	Térreo do Edifício do Fórum Maximiano Figueiredo , localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa/PB, CEP 58.034-045, com área total de 9,27 m², conforme planta em anexo (doc.14 do Proad 10.974/2025).

Obs.: os itens do certame poderão ser arramatados am conjunto (pela mesma empresa) ou separadamente (por empresas distintas).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As instalações dos equipamentos, móveis e utensílios necessários à execução dos serviços serão de exclusiva responsabilidade da cessionária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A forma, local e condições para a execução do objeto, bem ainda as especificações e o cardápio encontram-se descritas no Termo de Referência, que independente de transcrição é parte integrante deste Termo, cuja participação no certame representa a concordância da CESSIONÁRIA com os termos ali descritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Cessão de Uso a título oneroso e precário tem início com sua assinatura, e encerra-se em **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, prevista no artigo 107, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo para início das atividades no estabelecimento não poderá, de forma injustificada, exceder a 30 dias úteis, contados a partir da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A CESSIONÁRIA pagará ao CEDENTE o valor mensal correspondente à soma dos valores relativos a cada um dos espaços cedidos, discriminados conforme segue:

a) Edifício-Sede do TRT13 (ITEM 01):

A CESSIONÁRIA pagará ao CEDENTE o valor mensal de **R\$ [VALOR A SER DEFINIDO EM LICITAÇÃO] ([valor por extenso])**, correspondente às seguintes Taxas:

- TAXA MENSAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO
- TAXA MENSAL PELO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COMUNS

Atendendo ao disposto nos arts. 10 e 11 da Resolução nº 356/2023 do CSJT, estimou-se, a seguir, os valores que a Cessionária terá que recolher relativos a despesas comuns com energia elétrica, água e esgoto, Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCR e vigilância patrimonial, referente à cessão de espaço, correspondente a área de 8,43 m², em R\$ (oitenta e quatro reais e quarenta centavos), conforme cálculos constantes do Termo de Referência.

b) Edifício do Fórum Maximiano Figueiredo (ITEM 02):

A CESSIONÁRIA pagará ao CEDENTE o valor mensal de R\$ [VALOR A SER DEFINIDO EM LICITAÇÃO] ([valor por extenso]), correspondente às seguintes Taxas:

- TAXA MENSAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO
- TAXA MENSAL PELO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COMUNS

Obs.: Como mencionado acima, os itens do certame poderão ser arramatados am conjunto (pela mesma empresa) ou separadamente (por empresas distintas).

Atendendo ao disposto nos arts. 10 e 11 da Resolução nº 356/2023 do CSJT, estimou-se, a seguir, os valores que a Cessionária terá que recolher relativos a despesas comuns com energia elétrica, água e esgoto, Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCR e vigilância patrimonial, referente à cessão de espaço, correspondente a área de 9,27 m², em R\$ 87,35 (oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme cálculos constantes do Termo de Referência.

3.2. O valor total mensal a ser pago pela CESSIONÁRIA será a soma dos valores referentes aos dois espaços cedidos, conforme discriminado no item 3.1 acima.

3.3. O objeto deste contrato deverá ser executado na forma do item 5 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

4.1. Observar todas as formalidades legais exigidas no presente Instrumento;

4.2. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CEDENTE;

4.3. Manter os seus empregados usando uniformes completos em bom estado (calças e camisas) e, quando necessário, os respectivos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, bem assim identificados durante o horário de trabalho, mediante uso permanente de crachás, com fotografia recente e nome visível;

4.4. Manter os seus empregados envolvidos nos processos de produção e distribuição devidamente uniformizados, utilizando acessórios inerentes à manipulação de alimentos tais como: luvas e protetores de cabelos, de acordo com os normativos aplicáveis à espécie.

4.5. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação formal da Administração convocando para esse fim.

4.6. Arcar com quaisquer prejuízos causados ao CEDENTE, provocados pelo mau uso do mobiliário, equipamentos e instalações físicas da cafeteria/lanchonete, quando evidenciada a culpa da CESSIONÁRIA, por negligência, ação ou omissão.

4.7. Fornecer e manter atualizada relação de todos os seus funcionários, alocados para a prestação dos serviços, objeto deste Projeto Básico, devendo constar os nomes, identidades, função, horários de trabalho (início e final da jornada diária), horários dos intervalos (almoço).

4.8. Manter livro diário, ou sistema que o substitua com a mesma eficácia, para registro das ocorrências relativas ao Contrato.

4.9. Comparecer, sempre que convocada, às reuniões solicitadas pelo CEDENTE, assumindo ônus por sua ausência.

4.10. Indicar formalmente, quando da assinatura do Contrato, Preposto que tenha capacidade legal e gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no Termo de Referência e no instrumento contratual correspondente, sem implicar ônus para o CEDENTE, constando o nome completo do preposto, número de CPF, número do documento de identidade, números dos telefones e e-mails para contato, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

4.11. Assinar, por meio de seu Preposto, todos os documentos entregues ao CEDENTE.

4.12. Assumir todas as responsabilidades na ocorrência de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados ou por eles causados a terceiros no desempenho de suas atividades e nos horários da prestação dos serviços, em conformidade com a legislação trabalhista específica, garantindo a devida e imediata assistência.

4.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas internas disciplinares e de segurança do CEDENTE.

4.14. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao TRT da 13ª Região ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade

a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

4.15. Responsabilizar-se integralmente pela reparação das instalações (elétrica, hidráulica e civil), dos equipamentos (refrigeradores, fornos, câmaras frias e de exaustão) e mobiliários (mesas e cadeiras) sob sua guarda, que, em decorrência do desgaste pelo uso necessitem de conserto ou manutenção.

4.16. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do Termo de Referência, conforme art. 121 da Lei n.º 14.133/2021.

4.17. Atender prontamente todas as solicitações do CEDENTE previstas no Edital, no Termo de Referência e outras estabelecidas no Contrato.

4.18. Comunicar ao cedente, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

4.19. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

4.20. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei n.º 14.133/2021;

4.20.1. Na hipótese do inadimplemento da subcláusula anterior, a CESSIONÁRIA será notificada, no prazo definido pelo CEDENTE, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato e execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, nos termos dos arts. 137, 104 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei.

4.21. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual;

4.22. Realizar diariamente a limpeza do espaço físico da lanchonete, cozinha e demais dependências, incluindo exaustores, equipamentos e utensílios utilizados;

4.23. Realizar a entrada de mercadorias, em horário devidamente acordado e autorizado pela Administração;

4.24. Recolher os detritos e transportá-los conforme orientação da Fiscalização do Contrato.

4.25. Adotar boas práticas de sustentabilidades baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.25.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

4.25.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.25.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

4.25.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

4.25.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção predial.

4.26. Obter e manter válidas e em local visível todas as autorizações, licenças concedidas pelo poder público e demais documentos necessários para o exercício da respectiva atividade.

4.27. A Contratada deverá observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV da Lei nº 12.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

4.28. A Contratada deverá observar, no que couber, a exigência prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, quanto ao preenchimento de parte do quadro de funcionários das empresas com pessoas com deficiência, e a RECOMENDAÇÃO CSJT nº 24, de 21 março de 2022, para a inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas

atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania, devendo comprovar periodicamente o cumprimento desta política.

4.29. A Cessionária, deverá observar os termos da Resolução CNJ n.º 07/2005, alterada pela Resolução CNJ N° 229/2016 de 22/06/2016, notadamente não possuir em seu quadro societário e não contratar no decorrer da execução da Cessão de Uso, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da citada Resolução

4.30. Observar a política de prevenção e combate ao assédio do TRT 13ª Região (Resolução Administrativa 104/2022), bem como as prescrições da Resolução CNJ 351/2020.

4.30.1. A observância da política de que trata esta subcláusula visa à promoção de relações saudáveis de trabalho, prevenção e mitigação de riscos de práticas abusivas e discriminatórias, enfrentamento da discriminação, assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros temas correlatos.

4.31. A CONTRATADA deverá adotar, durante toda a execução contratual, práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, nos termos da Resolução CNJ n° 400/2021, alterada pela Resolução CNJ n° 641 de 2025, e da Lei n° 14.133/2021.

4.32. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nete Termo de Cessão.

4.33. Exclusivamente para a cafeteria a ser instalada no Fórum Maximiano Figueiredo será de responsabilidade da cessionária e as sua expensas, o fornecimento do mobiliário, constituído de 05 (cinco) mesas e 20 (vinte) cadeiras, conforme especificações constantes do anexo III, do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CEDENTE
--

5.1. Nomear 01 (um) Gestor e 01 (um) Fiscal para executar o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato, em conformidade com suas competências e demais disposições legais, devendo observar, no mínimo, as atribuições expressamente previstas no Termo de Referência anexo.

5.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação, solicitando à Cessionária todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

5.3. Notificar a Cessionária acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

5.4. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o Termo de Referência e com o presente Contrato, para que sejam tomadas as providências com relação a quaisquer irregularidades.

5.5. A fiscalização de que trata a subcláusula anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Cessionária ou o acompanhamento pelo Cedente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, conforme previsão legal estabelecida pelo art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

5.6. Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais.

5.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Cessionária.

5.8. Cientificar a Cessionária sobre as normas internas vigentes relativas à segurança, inclusive aquelas atinentes ao controle de acesso de pessoas e veículos, bem assim sobre a Política de Segurança da Informação do Cedente.

5.9. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da Cessionária aos locais onde serão prestados os serviços,

observadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

5.10. Inspecionar periodicamente as instalações internas da lanchonete, de forma a verificar as condições de execução dos serviços objeto do presente Contrato.

5.11. Notificar a Cessionária acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

5.12. Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência, do instrumento convocatório e outras imposições previstas no presente Contrato.

5.13. Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Nos termos do artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo dos servidores designados, que também serão responsáveis pela realização das pesquisas de satisfação e da avaliação técnica;

6.2. A gestão e fiscalização deste Contrato serão realizadas por servidores indicados pela Diretoria-Geral;

6.3. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte do CESSIONÁRIO, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de Administração do CEDENTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na Lei, no Edital, no Termo de Referência e no Contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

6.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o CESSIONÁRIO da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

7.1. O pagamento do valor devido pelo uso dos espaços públicos deverá ser realizado mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à competência, através da Guia de Recolhimento da União (GRU), fornecida pelo Fiscal do Contrato.

7.1.1. Após a realização do pagamento, o CESSIONÁRIO deverá encaminhar o comprovante para a CEDENTE, em até 05 (cinco) dias do seu pagamento.

7.2. Caberá à Secretaria de Orçamento e Finanças a verificação da regularidade fiscal da contratada para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho, bem como consulta ao CADIN.

7.3. Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pelo CESSIONÁRIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = TX/100/365 \text{ e } EM = I * N * VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A taxa de cessão de uso será reajustada anualmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou

outro índice oficial que venha a substituí-lo, a contar da data do orçamento estimado (08/04/2026).

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para os reajustes posteriores será observada a contagem de um ano a partir do último reajuste concedido.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO TERMO

8.1. Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações previstas neste instrumento, na Lei n.º 14.133/2021 e noutras disposições legais, realizar, via Termo Aditivo, as alterações do Termo de Cessão de Uso que julgarem convenientes.

CLÁUSULA NONA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO TERMO DE CESSÃO DE USO

9.1. O presente Termo fundamenta-se:

- a) Nos termos propostos pelas partes, que constem do Protocolo Administrativo TRT n.º 10.974/2025, no Acordo celebrado entre as partes, que não contrariem o interesse público;
- b) Na Lei n.º 14.133/2021;
- c) Nos termos do § 5.º do artigo 18 da Lei n.º 9.636/98;
- d) Nos termos da Resolução n.º 356, de 14/11/2023 (republicada), do CSJT;
- e) Nos preceitos do Direito Público;
- f) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos, nas regras do Direito Privado (Código Civil Brasileiro); e
- g) Nas demais disposições da legislação vigente.

CLÁUSULA DEZ – DA PUBLICAÇÃO

10.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia deste instrumento e de seus aditamentos, se houver, e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, nos termos dos artigos 91 e 94 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA ONZE – DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

11.1. O CEDENTE e o CESSIONÁRIO não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, tal como prescrito em Lei, e deverão resolvê-los mediante acordo mútuo.

11.2. Cabe às partes solucionar também os casos omissos por intermédio de acordo.

11.3. A Administração do CEDENTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas e incidentes, que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

11.4. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ato comissivo ou omissivo, causarem às partes, no exercício de atividades específicas do cumprimento deste Termo.

CLÁUSULA DOZE – DAS SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Termo de Cessão de Uso;
- b) Der causa à inexecução parcial do Termo de Cessão de Uso que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Termo de Cessão de Uso;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Termo de Cessão de Uso;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Termo de Cessão de Uso;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Termo de Cessão de Uso, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 12.1 deste Termo de Cessão de Uso, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 12.1 deste Termo de Cessão de Uso, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa**:

(1) Moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

a. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do Termo de Cessão de Uso por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Termo de Cessão de Uso.

(3) Compensatória, para a inexecução total do Termo de Cessão de Uso prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Termo de Cessão de Uso.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 20% a 25% do valor do Termo de Cessão de Uso.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Termo de Cessão de Uso.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Termo de Cessão de Uso.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Cessão de Uso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Cessão de Uso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Cessão de Uso ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Cessão de Uso ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA TREZE – DA RESCISÃO

13.1. Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando a área do imóvel à CEDENTE, sem direito da CESSIONÁRIA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:

13.1.1. Vier a ser dado à área cedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato;

13.1.2. Houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Cessão;

13.1.3. Ocorrer renúncia à cessão ou se a CESSIONÁRIA deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;

13.1.4. Ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

13.2. A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que notificada a cessionária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.3. A Cessão de uso será rescindida de pleno direito, dispensada notificação, em caso de declaração de utilidade ou necessidade pública ou interesse social, nos termos do art. 137, §3º da Lei nº 14.133/2021.

13.4. A inexecução total ou parcial da contratação celebrada enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as penalidades previstas em Lei ou regulamento, de acordo com os artigos 155 a 163 da Lei n.º 14.133/2021.

13.5. A rescisão desta contratação dar-se-á nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

13.6. No procedimento que visa à rescisão da contratação, por inexecução total ou parcial, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA CATORZE – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. As partes, seus servidores/empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar, no tratamento de dados pessoais como Operadora ou Controladora, as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e em estrita observância aos termos da Política de Segurança da Comunicação e Comunicações, da Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normativos pertinentes aprovados pelo TRT13 e publicados no site da instituição.

14.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da Parte "Controladora" dos dados, bem como não poderão ser utilizados para qualquer finalidade além da execução deste instrumento.

14.3. Cada Parte deverá limitar o acesso às informações a seus colaboradores, a quem este acesso seja obrigatoriamente necessário ou apropriado para que a execução do presente ajuste ocorra de forma adequada.

14.4. O dever de confidencialidade abrange todas as informações recebidas pelas Partes, de forma oral ou escrita, através de diversos procedimentos de comunicação, tais como telefone e mídias digitais, em decorrência do sigilo a elas inerentes.

14.5. As Partes não poderão colocar a outra em situação de violação da LGPD. A não observância de qualquer das disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a Parte infratora aos procedimentos judiciais competentes, de ordem civil e criminal.

14.6. Eventuais dados coletados serão arquivados somente pelo tempo necessário para a execução deste instrumento. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da LGPD ou por interesse público.

14.7. As obrigações constantes no parágrafo anterior não se aplicarão a qualquer informação que deva ser revelada em razão de interesse público ou por ordem judicial, nos limites de tal ordem.

14.8. A obrigação de confidencialidade é em caráter irrevogável e irretratável, devendo ser observada mesmo após o encerramento do presente ajuste.

14.9. Quando houver tratamento de dados de menores, a Parte deverá providenciar a coleta de consentimento específico de, pelo menos, um dos pais ou do responsável legal.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da Paraíba, nesta Capital, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Termo, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, a fim de que produza seus efeitos legais.

João Pessoa/PB, ____ de _____ de 2026.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO

Alexandre Gondim Guedes Pereira
Diretor-Geral

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

[Nome do Representante Legal]
Representante Legal